

RIO GRANDE/RS E A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR: “MILAGRE ECONÔMICO” E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS (1971 – 1980)

RIO GRANDE/RS AND THE MILITARY-BUSINESS DICTATORSHIP:
"ECONOMIC MIRACLE" AND SOCIO-ENVIRONMENTAL ISSUES
(1971 - 1980)



Felipe Treviso Bresolin¹

Alisson Souza Corrêa²

Pierri Araújo Porciúncula³

Resumo

Este artigo discute as conexões entre a ditadura empresarial-militar, o milagre econômico e as questões socioambientais entre 1971 e 1980 na cidade do Rio Grande/RS. Como em outras cidades do Brasil, tal modelo urbano industrial expansionista, em voga no período ditatorial, potencializou uma fórmula exploratório do meio-ambiente na região sul do Rio Grande do Sul, solidificando-a como uma típica “zona de sacrifício ambiental” ou, como denunciado por ambientalistas do período, um “paraíso de poluição”. Para tanto, através de revisão da literatura e de fontes, buscou-se analisar a totalidade dos fenômenos sociais, trazendo à luz o caráter de classe desta articulação e os atores sociais, nacionais e locais, envolvidos nas políticas econômicas postas em prática. Conclui-se que a ditadura deixou para a cidade um duplo legado: aprofundamento da desigualdade social a partir de remoções e expulsões de comunidades periféricas; e contaminação e poluição oriunda deste modelo de uso e ocupação predatória do meio-ambiente.

Palavras-chave: Ditadura Militar; educação ambiental; Milagre econômico; questões socioambientais.

Abstract

This article discusses the connections between the business-military dictatorship, the economic miracle and socio-environmental issues between 1971 and 1980 in the city of Rio Grande/RS. As in other Brazilian cities, this expansionist industrial urban model, in vogue during the dictatorship, boosted an exploitative formula for the environment in the southern region of Rio Grande do Sul, solidifying it as

¹ Doutorando e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: felipetbresolin@gmail.com.

² Doutorando e mestre em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG); E-mail: alissonszcg@gmail.com.

³ Doutorando em Sociologia na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestre pelo programa em Políticas Sociais e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). E-mail: pirporciuncula@gmail.com.



a typical "environmental sacrifice zone" or, as denounced by environmentalists of the period, a "pollution paradise". To this end, through a review of the literature and sources, we sought to analyze the totality of social phenomena, bringing to light the class character of this articulation and the national and local social actors involved in the economic policies put into practice. The conclusion is that the dictatorship left the city with a double legacy: deepening social inequality through the eviction and expulsion of peripheral communities; and contamination and pollution resulting from this model of predatory use and occupation of the environment.

Keywords: Military dictatorship; environmental education; economic miracle; socio-environmental issues.

Introdução

Há 59 anos, em 1 de abril de 1964, iniciava-se um período na história do Brasil que deixou marcas que persistem até os dias de hoje. A aliança entre as Forças Armadas com os detentores do poder econômico privado arrancou o presidente eleito João Goulart do poder e iniciou uma ditadura que duraria 21 anos. Ao longo dos últimos anos, tal momento tem sido alvo de análises e discussões historiográficas que buscam contribuir para uma compreensão mais aprofundada acerca desse período⁴. Entretanto, no caso de um país continental como é o Brasil, os desdobramentos econômicos e sociais possuem certas especificidades dependendo da região analisada, por isso a relevância de ampliar as pesquisas históricas sobre o impacto da Ditadura Militar em municípios menos privilegiados em estudos.

Nesse sentido, no âmbito dos municípios considerados em Zona de Segurança Nacional⁵, estava a cidade do Rio Grande/RS, distante mais de 300km de Porto Alegre, que, por conta desse mesmo decreto, teve seu prefeito, Farydo Salomão, cassado logo após o Golpe de 1964⁶, sendo inserida no rol das cidades

⁴ Sobre o mapeamento de obras sobre a ditadura militar brasileira e as diferenças conceituais e historiográficas sobre elas. Ver: FICO, Carlos. "Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e Historiográficas". In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

⁵ Trata-se de territórios brasileiros onde exista uma proteção e controle incondicional da área por parte do Estado. De acordo com Alves (1990), Rio Grande já tinha sido considerada Área de Segurança Nacional antes mesmo do golpe militar, contudo, é durante o período que volta a se intensificar o controle na região, sendo indicado, para diversos cargos de instituições locais, interventores nomeados pela junta militar. A classificação de Rio Grande como Área de Segurança Nacional não estava ligada somente à localização portuária, mas também pela forte presença sindical e operária.

⁶ ALVES, Francisco das Neves. **Governo do Prefeito Farydo Salomão**. Rio Grande: Revista Biblos, n. 3, 1990.



controladas diretamente pela Ditadura Militar e de extrema relevância para implementação das políticas econômicas em voga nacionalmente. No que tange às pesquisas históricas sobre a Ditadura Militar em Rio Grande, observa-se um grande número de trabalhos que abordam aspectos relacionados aos instrumentos de repressão empregados na cidade⁷ e a própria resistência sindical à implementação da ditadura⁸. Por outro lado, nota-se uma certa lacuna nos estudos sobre a política econômica, os atores sociais que deram sustentação a elas e as consequências socioambientais decorrentes deste processo.

Por isso, o objetivo do presente artigo é analisar a política econômica em Rio Grande/RS ao longo da década de 1970, destacando características do modelo desenvolvimentista da Ditadura empresarial-militar que se acredita ter sido o epicentro em torno das mazelas socioambientais na cidade. Tal modelo potencializou uma fórmula exploratório do meio-ambiente na região, onde os ciclos produtivos serviram somente para solidificar ainda mais Rio Grande e essa região do extremo sul do Brasil como “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição”⁹.

Para tanto, como forma de sustentação teórica para o desenvolvimento da proposta, decide-se por uma breve discussão historiográfica sobre as condições que viabilizaram o golpe, o caráter de classe desta articulação e a natureza das políticas postas em práticas nos anos seguintes numa escala nacional. Cabe frisar, que em uma perspectiva marxista, é central a análise da totalidade dos fenômenos sociais, através da articulação entre o universal e o particular. Após, enquanto um breve estudo de caso, será analisado, a partir de fontes e revisão de literatura, o projeto “Grande Rio Grande” e suas consequências sociais e ambientais no município.

⁷ CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva; GANDRA, Edgar Ávila. “Canopus nos mares do sul. O “navio branco” em águas riograndinas. Repressão na cidade de Rio Grande-RS no contexto do golpe civil-militar de 1964”. **Revista História e Culturas**. v.5 n.10, 2017.

⁸FRIDERICH, Lidiane Elizabete. **Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a Ditadura Civil-Militar (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) na Universidade Federal de Pelotas, 2013.

⁹ SANTOS, Caio Floriano; MACHADO, Carlos RS. “Extremo Sul do Brasil - uma grande “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição””. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (Orgs). **Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013a. p. 181-204.



Ditadura empresarial-militar, as bases do “Milagre” e o ônus ambiental: um debate historiográfico

Quando se trata do estado da arte no campo historiográfico e sociológico sobre o golpe de 1964, é mister compreender as diferentes vertentes que vêm se debruçando nos últimos anos a estudar as origens e os principais atores sociais envolvidos num dos períodos mais sombrios e sangrentos da história do Brasil. Sem levar em conta a perspectiva claramente negacionista e sem muito crédito no campo intelectual daqueles que defendem abertamente o golpe de 64 – por mais que, infelizmente, tal concepção tenha muito eco na sociedade nos dias atuais-, pode-se separar, basicamente, em duas vertentes interpretativas. Obviamente, o presente artigo não tem o intuito de esmiuçar as discussões das duas concepções e nem mesmo de esgotar os debates latentes sobre as diferenças entre ambas as correntes, mas apresentar linhas gerais que justificam a escolha do artigo em trabalhar com o conceito de “*ditadura empresarial-militar*” em detrimento de outras categorias.

A primeira vertente historiográfica, que começaria a ser produzida com mais esmero nos anos 2000, busca balancear a responsabilidade histórica pelo golpe entre golpistas e golpeados. Ou seja, coloca os grupos reconhecidamente de esquerda do período também como responsáveis pela agudização dos conflitos que culminaram com o golpe em 1964, classificando-os com a alcunha de “radicais”, que não tiveram preocupação maiores com a democracia devido a constante pressão que realizavam para garantir o avanço das reformas prometidas pelo então presidente João Goulart. Esta concepção pode ser aferida nos trabalhos dos historiadores Jorge Ferreira¹⁰ e Daniel Aarão Reis¹¹, que enxergavam uma radicalização uniforme entre esquerda e direita no período, enquanto a parcela ampla da população assistia aos conflitos de forma silenciosa.

Colocar a responsabilidade no golpe de 1964 na conta da esquerda, contudo, é no mínimo contraditório, não dando conta de abordar o processo de

¹⁰ FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964.” In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (Orgs). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹¹ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000



ruptura institucional como um fenômeno cujas raízes são muito anteriores, que perpassa pela falência do projeto político populista, até a influência gradativa que os militares, em diálogo com o capital nacional e internacional, assumiram na história do país nos anos 60. Além disso, partir desse viés de análise apresenta um risco de referendar uma concepção factóide que o Brasil estava à beira de se tornar um país comunista, devido às reformas de bases que as centrais sindicais pressionavam o presidente a acatar, que muitas vezes serve de justificativa de setores mal-intencionados para justificar o golpe por parte dos militares. Todavia, é importante ratificar que Jango nunca foi alinhado com os setores mais radicais da esquerda brasileira, pelo contrário, sempre apostou suas fichas na possível fidelidade democrática das Forças Armadas e no respeito às liberdades constitucionais ao invés de potencializar uma mobilização popular radical à esquerda.

Esse primeiro viés interpretativo enfrenta severo contraponto de historiadores marxistas como Demian Melo¹² e Virgínia Fontes¹³. Para eles, tal vertente historiográfica, além de colocar a esquerda como “golpista” e “autoritária”, acentua o caráter civil-militar do golpe, não deixando muito claro, contudo, qual o teor do campo civil, apenas apontando a cumplicidade de setores não militares junto ao golpe. Para provar o tal apoio da sociedade à ditadura, são utilizados argumentos que vão desde a grande adesão às Marchas com Deus, pela Pátria e Família – realizadas antes e depois do golpe -, até a alta popularidade que o ditador Emílio Médici atingiu em certo ponto do seu governo.

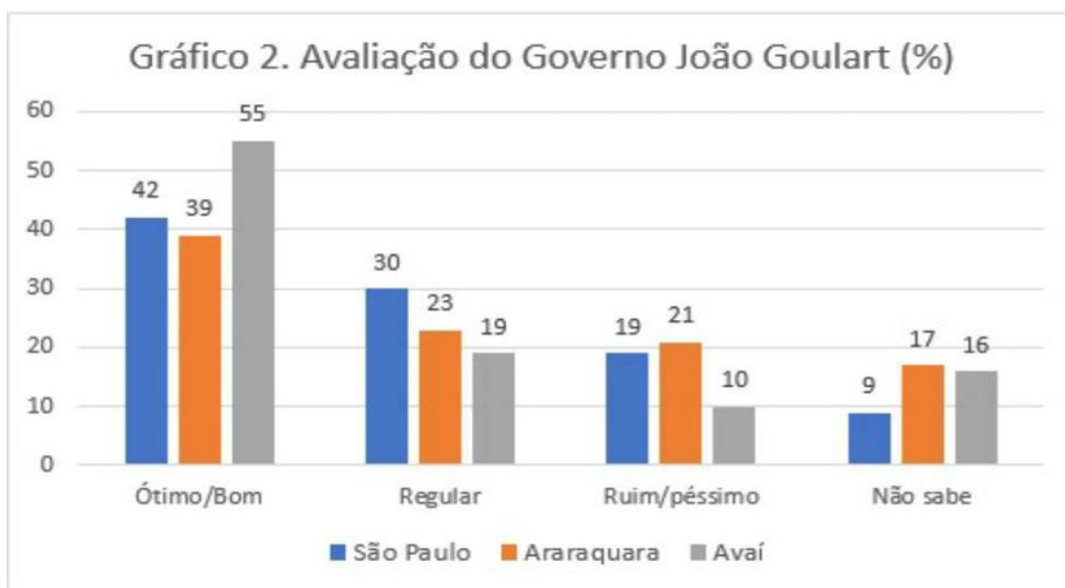
A sociedade no período, de fato, estava polarizada e não assistia de forma benevolente aos acontecimentos históricos, seja pelo lado da esquerda ou da direita. Entretanto, é certo exagero em trabalhar com um apoio civil coeso ao governo militar. Inclusive, pesquisas do Ibope realizadas em algumas localidades do país pouco antes do golpe de 1964, mas que só se tornaram públicas nos anos 2000, indicam um amplo apoio ao presidente João Goulart meses antes de culminar o golpe:

¹²MELO, Demian. **O golpe de 1964 como uma ação de classe**. Re-vista – Verdade, Memória, Justiça, janeiro de 2013.

¹³ FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. **O Brasil e o imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.



Imagem 1 - Avaliação do Governo João Goulart em 1964



Fonte: Ibope, 1964

As Reformas de Bases¹⁴, tão temidas pela burguesia e pelo imperialismo, também contavam com alto nível de aprovação, chegando a quase 60% de aceite pela população.¹⁵ Esses dados, portanto, evidenciam duas questões importantes: **(a)** o termo civil-militar, sem uma delimitação mais precisa, pode criar uma mistificação errônea de apoio popular ao golpe de 1964; **(b)** a postura moderada e fiel às ordens democráticas que João Goulart adotou no período elucidada que, mesmo com considerável nível de sustentação da população, nunca teve como horizonte estratégico qualquer forma de radicalização à esquerda a partir das reformas propostas em seu governo.

Partindo desses pontos, é que ganha força a vertente de análise marxista - da qual, inclusive, o artigo se identifica - que entende o golpe de 1964 como uma *ação de classe*. Isto é, considera que o golpe teve um conteúdo empresarial-militar, a partir de uma coalização dirigida por entidades que reuniam empresários e militares em torno de um programa antinacionalista, anticomunista e em favor de uma modernização conservadora do capitalismo

¹⁴ As Reformas de Base foram anunciadas por Jango no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. As medidas incluíam a desapropriação de terras às margens de rodovias e ferrovias e a encampação das refinarias estrangeiras.

¹⁵ Ver mais em: MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/populacao-aprova-jango-e-as-reformas>



brasileiro, sob o patrocínio do imperialismo estadunidense. Portanto, corroborando com Melo (2013), a utilização do termo “ditadura empresarial-militar” se dá como diferenciação às interpretações que apontam a participação civil no golpe, mas não a identificam como parte de uma elite organicamente ligada aos interesses do capital.

Nesse ínterim, o novo regime político fundou-se na aliança das Forças Armadas com os latifundiários e os grandes empresários – nacionais e estrangeiros. Os “civis” que deram sustentação ao golpe, dessa forma, tem um perfil ligado de forma umbilical à burguesia, composto por setores ligados ao empresariado que buscavam engendrar uma experiência de governo que aliava o terrorismo de Estado com a retomada do desenvolvimento econômico num ambiente de aumento exponencial das taxas de exploração da classe trabalhadora e na abertura de novas fronteiras para o capitalismo. Tal modelo terá como ápice a culminação do *Milagre Econômico* em 1968.

O chamado “milagre” foi um período em que a economia brasileira obteve certos avanços, sustentados a partir da concentração de renda, retração salarial, incremento tributário e ampla abertura ao capital externo. O sociólogo marxista Chico de Oliveira¹⁶ descreve esse momento em duas etapas: a fase do “êxtase”, período em que a recessão é controlada e que o país apresenta taxas de crescimento relativamente altas; e o momento da “agonia criadora”, que basicamente são as formas utilizadas para garantir a implementação do projeto, que passa pelo aumento da dívida externa para garantir o financiamento até à brusca contenção do salário. Além disso, trazia consigo um desenvolvimento sustentado a partir da coerção política, utilizado amplamente pelo governo militar para propagandear, nacionalmente e internacionalmente, possíveis avanços do regime. Em linhas gerais, entende-se o “milagre” como:

Um período de crescimento econômico em modelo que trazia certa continuidade com o implantado desde 1955, sob liderança do setor de bens de consumo duráveis, controlado pelo capital multinacional, e dependente da liquidez internacional. A economia brasileira se aproveitava do último momento do ciclo de expansão da economia capitalista internacional, em vigor desde o fim da II Guerra Mundial e que se apresentava ao país

¹⁶ Ver mais em: OLIVEIRA, Francisco de. “Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)”. In: **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.



com crédito abundantes e taxas de juros módicas. A elevação da produção foi generalizada na economia, mas foi pilotada pelas indústrias, setor mais beneficiado pelas políticas estatais. [...] Os resultados macroeconômicos, que incluíam uma redução do desemprego e do emprego informal, deram força e legitimidade a Delfim e ao presidente da República, garantindo uma popularidade a partir da qual se iniciaria o processo de transição política.¹⁷

Portanto, além da participação essencial do empresariado no golpe que tirou João Goulart do poder, é necessário enfatizar a participação destes setores na consolidação e legitimação das primeiras ações do governo militar, principalmente no que tange ao campo econômico. O artigo do pesquisador Rafael Moraes, por exemplo, atesta a participação da burguesia industrial paulista nas políticas econômicas que deram base material para a execução do “milagre”. A partir da análise dos boletins informativos destes grupos, Moraes mostra o empenho do segmento para manutenção da ordem pública, mesmo quando havia críticas pontuais à condução do governo Castello Branco:

Novamente fica clara a colaboração industrial para com o governo Castello Branco. Mais uma vez, não se pode afirmar que os industriais tenham abdicados de defender seus interesses imediatos diante desta colaboração, mas sempre que o faziam deixavam claro que tal atitude não comprometia o apoio incondicional às políticas do governo que eles mesmos ajudaram a alçar ao poder, e que no limite representava seus interesses ideológicos. Mesmo a questão referente à escassez de crédito, que tanto atormentou os industriais, constando de praticamente todas as suas reuniões ordinárias como tema central, foi tratada em alto nível com os membros do governo.¹⁸

Porém, se havia certo descontentamento da burguesia paulista com a política econômica gerenciada pela dupla Campos-Bulhões¹⁹, um nome do espectro liberal surge como ponto de convergência de várias frações da classe dominante: Antonio Delfim Netto²⁰. Segundo o historiador Pedro Henrique

¹⁷ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Rio de Janeiro: Eduff, 2014, pp.417-418.

¹⁸ MORAES, Rafael. “O Governo Castello Branco e a Federação: das indústrias do Estado de São Paulo: As Bases Do ‘Milagre’ (1964-1967)”. **Am. Lat. Hist. Econ.**, año 23, núm. 2, mayo-agosto, 2016, p.86.

¹⁹ Roberto de Oliveira Campos e Octávio de Gouveia Bulhões foram, respectivamente, responsáveis pela área do Planejamento e pela pasta da Fazenda no governo Castelo Branco, sendo os principais encarregados pela área econômica nos primeiros anos após o golpe.

²⁰ Delfim Netto é um economista e professor de Economia da USP. Considerado uma típica figura do intelectual orgânico do liberalismo brasileiro, teve papel preponderando durante o Governo Militar na pasta econômica, estando a frente de diferentes ministérios do Estado por 13 anos.



Campos, em seu premiado livro *Estranhas Catedrais* (2012), que investiga a promiscua relação entre Governo Militar e grandes empreiteiras brasileiras, Delfim Netto ficou conhecido como “príncipe do milagre”, devido à sua atuação preponderante – e, às vezes, ilegal²¹ – junto, principalmente, à grande burguesia industrial, o que incluía os empreiteiros de obras públicas, um dos setores que mais lucraram durante o regime, evidenciando, uma vez mais, a relação intrínseca da concepção liberal com os momentos mais traumáticos da história brasileira:

Delfin foi celebrado pela grande burguesia enquanto ministro da Fazenda, por conta dos resultados obtidos em termos macroeconômicos e também pelo vigor gerado às empresas beneficiadas pela política econômica. O ministro foi 18 vezes capa da revista *Veja*, uma vez da *Newsweek América Latina* e outra no *Institucional Investor*. Seu sucesso representava o contentamento do empresariado industrial paulista e outras frações da burguesia com estabilidade social imposta e crescimento econômico do “milagre”.²²

Os trabalhos de Campos²³ e Moraes²⁴, assim como outras obras importantes para o campo de estudo sobre a ditadura empresarial-militar²⁵, dessa forma, evidenciam que o caráter de classe na execução do golpe e no amparo dos primeiros anos de regime militar é o aspecto histórico mais importante para compreender os meandros do período. Sustentados por uma ampla pesquisa documental, trazem à luz novos dados e informações que permitem uma visão mais ampla e complexa envolvendo a participação de diversos setores da burguesia nacional e internacional, destoando profundamente de tendências que ganharam repercussão importante no campo historiográfico que buscam desvalorizar a luta de classes efervescente no período

²¹ “Sua gestão ficou conhecida também pelos métodos irregulares para beneficiar certos grupos econômicos e tocar a economia. O empresário Azevedo Antunes (ICOMI) assegurava a Golbery que o ministro trapaceava em negócios da carne, para favorecer certas empresas. Eugênio Gudin afirmava que ele manipulava o preço da cesta de alimentos, de modo a mascarar o cálculo do custo de vida e da inflação. [...] Mesmo quando foi embaixador do Brasil em Paris (1974 – 1979), Delfim foi envolvido em denúncias. (CAMPOS, p. 377, 2014)

²² CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar**, 1964-1988. Rio de Janeiro: Eduff, 2014, p.377.

²³ CAMPOS, 2014.

²⁴ MORAES, 2016.

²⁵ À guisa de exemplo, podemos citar o livro organizado por vários pesquisadores que aglutina artigos que abordam a relação entre o empresariado e o governo militar. Ver mais em: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.



e, em casos extremos - vindo principalmente da direita liberal -, reconstruir positivamente o período do “Milagre”.

Se as mazelas que a sociedade vive hoje em dia desdobram, em muitos casos, de questões decorrente do período da Ditadura (a acumulação de fortunas de grandes corporações à deriva de um regime autoritário que criou mecanismos econômicos que garantem altas taxas de lucratividade para o grande capital é um grande exemplo disso), outras facetas ainda são pouco exploradas no debate histórico sobre a última ditadura brasileira. A questão da história ambiental no período, por exemplo, ainda é uma temática que necessita maiores investigações – apesar do evidente crescimento em torno do conteúdo nos últimos anos. O trabalho da Regina Horta Duarte²⁶, assim, será um balizador importante para auxiliar no debate da relação conflituosa entre ecologia e desenvolvimento econômico que o artigo visa abordar.

De forma panorâmica, a pesquisa da historiadora trabalha com os reflexos que o modelo econômico em voga no período do “milagre” gerou nos debates ambientais nacionais e internacionais. Inicialmente, segundo Duarte²⁷, Castelo Branco até previa implementar medidas ambientais para evitar cometer erros no quesito ambiental que outros países industrializados estavam passando. Contudo, a posse de um novo governante, Costa e Silva, barrou as já frágeis medidas de controle ambiental, dando início a um período que será devastador ecologicamente e socialmente falando, que repercutirá de forma muito negativa com as instituições internacionais:

A despeito de o Brasil adotar uma atitude resistente às demandas internacionais por novas práticas em relação ao ambiente, a destruição natural era cada vez mais evidente e, por vezes, ganhou destaque em alguns órgãos de imprensa nacionais e em protestos de artistas, técnicos e membros da comunidade científica. Em várias cidades e nas áreas industriais, o aumento da poluição mudava a cor do céu, tornava as águas impróprias para uso da população, contaminava lençóis freáticos, manchava as roupas nos varais, cobria os telhados das casas de pó, exalava odores nauseantes, adoecia as crianças, impedia o crescimento

²⁶ DUARTE, Regina Horta. “Turn to Pollute’: “Poluição Atmosférica e Modelo de Desenvolvimento No ‘milagre’ Brasileiro (1967-1973)”. **Revista Tempo**, v.21, n.37, 2015, p .65.

²⁷DUARTE, Regina Horta. “Turn to Pollute’: “Poluição Atmosférica e Modelo de Desenvolvimento No ‘milagre’ Brasileiro (1967-1973)”. **Revista Tempo**, v.21, n.37, 2015, p .65.



das plantas nos quintais, matava animais domésticos e afugentava pássaros.²⁸

É nesse bojo, de defesa intransigente da industrialização sem maiores preocupações com as questões ambientais por parte do governo brasileiro, que é realizada a Conferência de Estocolmo, evento organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir questões ambientais de forma global. Entretanto, para Duarte, a posição da delegação brasileira foi clara: se posicionar contra tudo que pudesse atrasar o desenvolvimento nacional, defendendo uma política de descontaminação num período futuro e criticando o alarmismo exagerado da ONU. Tais posições ficam evidente nas manifestações feitas à imprensa por pessoas do alto escalão do governo, como a do ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, afirmando que “*Nós ainda temos área para poluir*”; e do ministro Delfin Netto, que, defendendo que nada iria breçar o desenvolvimento econômico, afirmou que era preciso “*deixar o bolo crescer, para depois dividir*”²⁹.

No entanto, diferente da posição negacionista e anti-povo do governo militar e da sua pasta econômica - propagada de forma ufanista na imprensa -, o avanço da contaminação graças a falta de controle de emissões pelos aglomerados industriais já atingia níveis estratosféricos, afetando, principalmente, os setores mais precários da classe trabalhadora. Mazelas que iam desde doenças respiratórias crônicas até poluições generalizadas se espalhavam de norte ao sul do Brasil:

Cerca de metade das crianças sofria de doenças do aparelho respiratório e as plantas definhavam sob a chuva frequentemente ácida. Também na Grande São Paulo, os habitantes do município de Perus sofriam com as toneladas de pó de cimento exalado pelas chaminés da Companhia Brasileira de Cimento Portland. Em Cubatão, o complexo industrial adquiriu importância a ponto de ser considerado ponto estratégico de segurança nacional, com prefeito nomeado diretamente pela presidência da República. Funcionários graduados e autoridades públicas não moravam na cidade que abrigava 60 mil pessoas, 12 mil das quais trabalhavam nas fábricas. Cubatão amanhecia coberta de fumaça, a visibilidade era mínima e os moradores de alguns bairros já acordavam com os olhos lacrimejantes (Pereira, 1971, p. 48-56;

²⁸DUARTE, Regina Horta. “Turn to Pollute’: “Poluição Atmosférica e Modelo de Desenvolvimento No ‘milagre’ Brasileiro (1967-1973)””. **Revista Tempo**, v.21, n.37, 2015, p .65.

²⁹ DUARTE, Regina Horta. “Turn to Pollute’: “Poluição Atmosférica e Modelo de Desenvolvimento No ‘milagre’ Brasileiro (1967-1973)””. **Revista Tempo**, v.21, n.37, 2015, p .66.



Pulmão..., 1970, p. 55-56; Triste..., 1972, p. 43-50; Kucinski e Lancelotti, 1970, p. 32-39). Essa situação se repetia com gravidade variável nas regiões industriais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais. Em Belo Horizonte, os moradores da Cidade Industrial sofriam com o pó de cimento da Companhia Itaú, além da impressionante fumaça vermelha que saía das chaminés da Mannesmann (Ipes, 1975; Plambel, 1973).³⁰

A investigação dos reflexos ambientais nos anos áureos do “milagre” e a forma que foi encarado (ou não encarado) pelo governo militar numa escala nacional, por fim, serão de extrema importância para entender as nuances particulares que tal modelo econômico ocasionou em diferentes regiões do país. A realização do preâmbulo teórico e historiográfico, por sua vez, foi necessária para embasar categorias de análise que irão permear o estudo de caso do próximo capítulo, que discutirão diferentes atores sociais envolvidos na implementação da agenda econômica durante o período em Rio Grande/RS e as consequências socioambientais na região. Mais uma vez, é necessário frisar que a discussão teórica realizada não tem a pretensão de encerrar as discussões pujantes dentro da historiografia brasileira, mas trazer à luz as discussões dos campos de estudos e localizar o viés teórico que se partirá para análise histórica da Ditadura Militar no contexto do sul do sul do Brasil.

Um estudo de caso: Projeto “Grande Rio Grande” (1971 – 1974) e os desdobramentos sociais e ambientais no extremo sul do Brasil

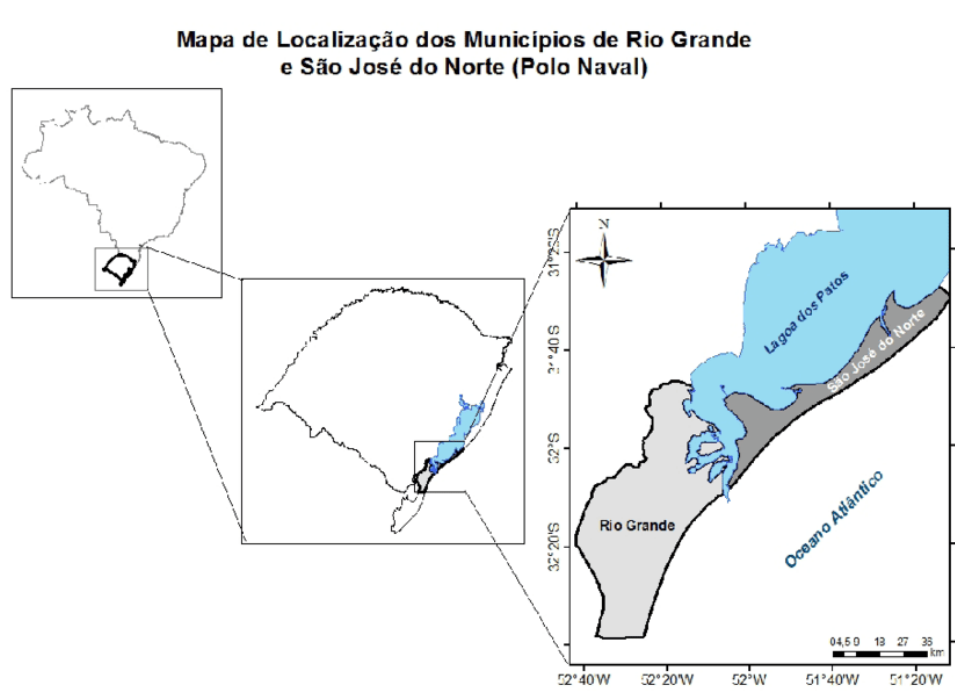
Cidade litorânea e portuária, localizada no interior do Rio Grande do Sul, desde a sua fundação em 1737, como fortificação militar luso-brasileira, Rio Grande sempre foi alvo de muitas disputas econômicas e políticas. Terra de ciclos econômicos fadados à exploração da mão-de-obra proletária, de empresas que tão bem se relacionaram com as condições geográficas da região, e canal estratégico de importação e exportação. Historicamente, no entanto, percebe-se que a concentração dos benefícios do dito desenvolvimento ficou nas mãos de poucos e os problemas econômicos, riscos ambientais e outros ônus deste mesmo desenvolvimento ficaram para a maior parte da população. Nesse sentido, como parte dos planos de desenvolvimento econômico nacional sustentado pelo

³⁰ DUARTE, Regina Horta. “Turn to Pollute”: “Poluição Atmosférica e Modelo de Desenvolvimento No ‘milagre’ Brasileiro (1967-1973)”. *Revista Tempo*, v.21, n.37, 2015, p. 81.



governo militar na década de 1970, é que a cidade do Rio Grande/RS aparece como um local importante de estudo de caso, buscando entender as particularidades que fizeram uma cidade do sul do sul do Brasil tornar-se Área de Segurança Nacional, bem como de ser alçada à um local estratégico de investimento durante o apogeu do chamado “milagre econômico”, trazendo uma situação financeira de aparente prosperidade para a região.

Imagem 2 – Mapa de localização de Rio Grande



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Localizacao-do-municipio-de-Rio-Grande-e-Sao-Jose-do-Norte-mapa-elaborado-por_fig4_299241061 . Acesso em: 26 dez. 2023

Para Martins³¹, o início dos anos 70 é marcado pela substituição do tipo de industrialização que era preponderante no município, substituindo as indústrias de bens duráveis (têxtil) para as indústrias de bens intermediários (fertilizantes, grãos e óleos vegetais) voltadas, quase exclusivamente, para importação e exportação, alinhando-se com a estratégica econômica posta em prática pelo governo Médici e de Delfin Neto. Portanto,

³¹MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 – 1990)**. Rio Grande: Editora da Furg, 2006.



Se por um lado criava-se uma grande estrutura com financiamento público e privado para implantação de uma grande plataforma portuária de importação e exportação, ao mesmo tempo criavam-se as condições para inauguração de empresas industriais na cidade que acompanhariam tal envergadura portuária, e por outro lado a cidade receberia um significativo contingente de migrantes atraídos pela mão-de-obra para construção de tal infraestrutura e para trabalhar nas novas indústrias.³²

Ganham força, assim, a instalação de indústrias de fertilizantes e de óleo de soja, à exemplo da Fertisul (1970), Trevo (1975) e Manah (1970) – todas elas com investimentos na casa dos milhões³³ - representando, novamente, um capital exógeno à cidade:

Por outro lado, eram instaladas no município indústrias de fertilizantes e de óleo de soja, ou seja, empresas que atuavam nos dois extremos dessa base produtiva. As empresas de fertilizantes necessitavam de insumos, importados em sua maioria, o que justificaria a necessidade de tais empresas estarem junto ao porto, e sua produção se destinava às lavouras internas, enquanto a maior parte da soja e seus derivados industrializados ou semi-industrializados no Rio Grande do Sul eram exportados.³⁴

Segundo Costa³⁵, o desenvolvimento acelerado no município só foi possível graças à política de alinhamento aos projetos nacionais, que teve como ápice o programa denominado *Grande Rio Grande (1971 – 1974)*. Em linhas gerais, tal projeto buscava articular a economia gaúcha, predominantemente agrícola, ao programa nacional vinculado ao “milagre econômico”,

³² MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 – 1990)**. Rio Grande: Editora da Furg, 2006, pp. 192-193.

³³ “Para o Superporto, o Distrito Industrial do Rio Grande e os corredores de Exportação no Estado, foram aplicados mais de quatro bilhões de dólares. Quanto ao investimento especificamente no setor secundário, de empresas de fertilizantes e de óleo de soja, o montante chegou a 365 milhões de dólares, destinado à infraestrutura dessas firmas. Os investimentos em terminais portuários estatais e privados foram da ordem de 500 milhões de dólares, e nos terminais retroportuários (destinados a armazenar e transportar grãos, containers, óleos vegetais, produtos químicos e petroquímicos, assim como caga geral) foi investido um montante de 129 milhões de dólares. Investiram-se recursos, predominantemente públicos, para a infraestrutura necessária, num montante de 3.041,80 milhões de dólares em rodovias, energia elétrica, estruturas ferroviárias – ainda estatais -, telecomunicações, abastecimento de água e desapropriações. Nisso se incluíram ainda outras obras, como instalações e equipamentos utilizados diretamente no porto.” In: MARTINS, **Cidade do Rio Grande** 2006, p. 195

³⁴ MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 – 1990)**. Rio Grande: Editora da Furg, 2006, p.197.

³⁵ COSTA, Leandro Braz da. “A Cidade do Rio Grande ao longo da década de 1970: desenvolvimento econômico, vigilância e repressão em área de segurança nacional”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul., 2011.



proporcionado em grande medida pelo influxo de capital internacional. Rio Grande/RS, dessa forma, teve um papel de certo protagonismo por conta da sua localização portuária, sendo uma das cidades gaúchas que mais recebeu investimento do governo federal nos anos 70.

Diante do projeto desenvolvimentista dos governos militares, a política portuária é fundamental, basicamente por dois motivos: os portos brasileiros desempenhavam um significativo papel no aspecto geopolítico, bem como, serviram plenamente ao interesse econômico de ampliar o mercado externo. Nesse sentido, “o porto de Rio Grande e os corredores de exportação que o ligavam ao restante do Estado, satisfaziam muito bem a ideologia de segurança nacional e sua política integracionista do território brasileiro, favorecendo às práticas ufanistas que demonstravam as potencialidades nacionais” (ALVES, 2008: 600-601). Desta feita, uma inabalável fé no progresso do país contagiou segmentos expressivos da sociedade. Estes acreditavam – “tal como dizia o slogan ufanista da agência de propaganda do governo – que o Brasil era, de fato, “o país do futuro”.³⁶

Parte desses investimentos, é verdade, só foram possíveis graças à interferência direta de um general nascido em Rio Grande que traçou uma trajetória que faria da sua imagem um reflexo controverso na região: Golbery Do Couto Silva³⁷: Em sua trajetória - além da atuação preponderante no Serviço Nacional de Informação que tanto colaborou para censurar, perseguir e assassinar centenas de pessoas durante a ditadura militar -, também é marcada por um amplo respaldo por parte de uma importante fração do oficialato do exército e de uma profunda ligação com importantes representantes da burguesia brasileira. Aliás, tal junção com setores privados, levou Golbery, oficial da alta patente e com importantes funções no aparelho de Estado, aos mais altos cargos de empresas como *Dow Chemical* e *Banco da Cidade*³⁸.

³⁶ COSTA, Leandro Braz da. “A Cidade do Rio Grande ao longo da década de 1970: desenvolvimento econômico, vigilância e repressão em área de segurança nacional”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul., 2011, p. 6.

³⁷ General nascido em 21/08/1911 em Rio Grande/RS, foi uma das figuras mais importantes ao longo dos 21 anos de ditadura militar. Em 2011, foi proposto por parte de vereadores da cidade do Rio Grande a construção de um busto para homenagear Golbery. A atitude gerou grande polêmica na cidade e na região, sendo barrada pela grande mobilização de diversas pessoas e entidades contrárias à “homenagem”.

³⁸ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Rio de Janeiro: Eduff, 2014, p. 347.



Esta relação íntima entre o empresariado e o oficialato militar, como visto anteriormente, foi fundamental para concretizar o golpe e o gradual fechamento do regime. Dessa forma, os empresários passaram a ter cada vez mais acesso ao Estado e ao centro de poder, sendo agentes extremamente favorecidos pelas políticas estatais postas em prática ao longo da ditadura. As empreiteiras responsáveis pelas obras públicas, por exemplo, foram empresas que cresceram muito ao longo de todo o período do “milagre”, atingindo um poder econômico e político durante todo regime ditatorial. Por isso, a importância de localizar Golbery como um ator social protagonista na tarefa de angariar recursos públicos e privados para o planejamento e execução de projetos municipais, consequência dessa relação parasitária envolvendo Estado, militares e capital privado³⁹.

Explica-se, então, a legitimação do pensamento positivo por parte da população que viveu aquela época em Rio Grande e sobre a própria figura do militar, potencializada, em grande medida, por uma imprensa atrelada ao regime que fazia questão de enaltecer os avanços econômicos nacionais e o próprio “milagre” que a cidade vivia:

O contexto político e econômico militarizado das instituições públicas e organizações privadas em virtude dos avanços estruturais em setores importantes da economia local, bem como, da propaganda sempre favorável aos militares, verificável através das páginas do *Jornal Rio Grande*, demonstram que ao longo da década de 1970, em Rio Grande, existiu uma estrutura de legitimação do regime autoritário que acabou aliciando diversas parcelas da sua população, fazendo com que grande parte da sociedade da época sentisse uma sensação de amparo, proteção, ou até mesmo de apadrinhamento por parte dos militares.⁴⁰

Portanto, a cidade do Rio Grande na década de 1970 se consolidou como um polo de investimento do governo federal, seja pela sua posição geográfica e portuária ou pela influência que figuras militares exerciam no âmbito estatal e privado. Além do fortalecimento da função comercial-portuária, coube a implantação de diversas indústrias de fertilizantes e outras empresas químicas associadas, ancoradas por grandes aglomerados internacionais. Assim,

³⁹ Para entender melhor esse processo de retroalimentação, ver Campos (2014).

⁴⁰ COSTA, Leandro Braz da. A Cidade do Rio Grande ao longo da década de 1970: desenvolvimento econômico, vigilância e repressão em área de segurança nacional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul., 2011, p. 8.



estimulado por um forte aparato de propaganda que fazia questão de enaltecer o desenvolvimento econômico no município – e fazia questão de esquecer a parte obscura da história –, calcificou um sentimento positivo e fantasioso sobre o período, reproduzido, em certa medida, até os dias de hoje.

Nesse cenário desenvolvimentista pelo qual Rio Grande atravessa, também é necessário compreender como se desenvolvem a instalação desses empreendimentos, debatendo, além do âmbito econômico, os impactos ambientais e sociais negativos frutos dessas mesmas políticas. Como alertado por Duarte⁴¹, paralelamente ao crescimento industrial no período do “milagre”, percebe-se um aumento vertiginoso dos focos de poluição nas áreas industriais de todo país. O caso de Rio Grande não foi diferente:

Não se deve esquecer que algumas das principais fontes poluidoras já operam em Rio Grande, liberando produtos tóxicos de elevado grau de nocividade: gás carbônico, óxido de carbono, bióxido de enxofre, diversos compostos químicos ausentes em estado natural, substâncias sólidas em suspensão no ar atmosférico, produtos liberados do refino do petróleo, mercúrio, chumbo, cádmio e o perigoso cancerígeno benzopireno. Em termos de processo de urbanização, funcionam como agentes principais da poluição: os transportes (rodoviários, ferroviários e hidroviário-marítimo) e as empresas industriais.⁴²

Assim, logo após o Golpe de 1964, Rio Grande torna-se um destino constante de investimentos por parte de indústrias com alto potencial poluidor, como as empresas de adubo e fertilizantes já citadas. Estevan⁴³, a partir da análise de jornais da cidade, com ênfase à coluna denominada *crônica ecológica*, desenvolvida por ativistas ambientais locais com posições ideológicas heterogêneas, identifica algumas das mazelas relativas à implementação do polo industrial na cidade. Ao analisar as colunas de Luiz Pinheiro Guerra, ativista ambiental trabalhista, percebe-se severas críticas ao projeto desenvolvimentista dos militares e à alcunha do “progresso” propagada pelos jornais locais acoplados ao regime militar. Denominando as empresas recém-instaladas como “*Indústrias*

⁴¹DUARTE, Regina Horta. “Turn to Pollute”: “Poluição Atmosférica e Modelo de Desenvolvimento No ‘milagre’ Brasileiro (1967-1973)”. **Revista Tempo**, v.21, n.37, 2015.

⁴² VIEIRA, Euripedes Falcão; RANGEL, Regina Salum. **Rio Grande: geografia física, humana e econômica**. Porto Alegre: Sagra, 1983, p. 157.

⁴³ ESTEVAM, Bread. **História, crítica e a educação ambiental sob o prisma das crônicas ecológicas da associação gaúcha de proteção ao ambiente natural do extremo sul do Brasil (1978-81)**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) na Universidade Federal do Rio Grande, 2013.



da fumaça”⁴⁴, Guerra descreve algumas problemáticas que começavam aparecer gradativamente no município, com ênfase às emissões atmosféricas (poluição do ar) e os efluentes líquidos e resíduos sólidos (contaminação das águas e dos territórios).

Conclui-se, então, que Rio Grande foi alvo de empreendimentos potencialmente poluidores ao longo de toda década de 70, constituindo-se como uma “zona de sacrifício” e um “paraíso de poluição”, devido ao fato de ser

permeada de conflitos urbanos e ambientais, bem como de atividades potencialmente poluidoras, como: monoculturas (pinus, eucalipto, arroz e soja), pastagens para gado, indústria de fertilizantes, cadeia produtiva do petróleo (indústria naval e refinaria de petróleo), pesca industrial e outras, o que nos leva a considerá-la uma grande “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição” por ter, numa mesma localidade, uma série de indústrias e atividades potencialmente poluidoras”⁴⁵

No entanto, é necessário ressaltar que essa “zona de sacrifício” não é democrática. Ou seja, com quem fica a poluição do ar, a contaminação das águas e dos territórios e a destruição e desregulação dos ecossistemas? Para quais territórios vão as empresas que têm práticas e atividades mais danosas ao meio social e ambiental? Tais problematizações também não passaram despercebidas nas *crônicas ecológicas* analisadas por Estevan⁴⁶. Ao lê-las, é possível identificar a situação insalubre que os bairros periféricos começaram a viver por conta da poluição emanada pelo complexo industrial. Casos como o território do BGV (Bairro Getúlio Vargas) e suas adjacências eram seguidamente citados pelos ativistas ambientais, por serem bairros vizinhos a esses empreendimentos, por sofrerem ataques de diversas ordens. Dessa forma, eram seriamente comprometidos pelos resíduos tóxicos e conviviam com a possibilidade constante

⁴⁴ ESTEVAN, Bread. **História, crítica e a educação ambiental sob o prisma das crônicas ecológicas da associação gaúcha de proteção ao ambiente natural do extremo sul do Brasil (1978-81)**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) na Universidade Federal do Rio Grande, 2013, p. 114.

⁴⁵ SANTOS, Caio Floriano; MACHADO, Carlos RS. “Extremo Sul do Brasil - uma grande “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição””. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (Orgs). **Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013^a, pp. 198-199.

⁴⁶ ESTEVAM, Bread. **História, crítica e a educação ambiental sob o prisma das crônicas ecológicas da associação gaúcha de proteção ao ambiente natural do extremo sul do Brasil (1978-81)**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) na Universidade Federal do Rio Grande, 2013.



de serem removidos por conta da instalação de novas indústrias privadas - financiadas com recursos públicos.

Nesse sentido, o trabalho realizado por Oliveira⁴⁷ aponta que, entre os anos de 1971-1973, houve a remoção de novecentas e sessenta e quatro casas no BGV, para a ampliação do 'Porto Novo'. Sem poder de escolha, os então moradores do bairro eram notificados por funcionários da prefeitura sobre a sua remoção dentro de poucos dias. Sobre isso, Cipriano & Machado⁴⁸ resgatam uma matéria do então *Jornal Rio Grande*, em julho de 1971, relatando a situação:

Já chegando ao fim a tarefa de transferir as moradias da área pretendida por uma empresa industrial no bairro Getúlio Vargas, surge a primeira manifestação pública de descontentamento dos atingidos. Pela palavra do presidente de sua associação de amigos os que saírem do bairro Getúlio Vargas, e os poucos que ainda terão de sair vem dar uma qualificação desumana à maneira pela qual o problema foi resolvido pela Prefeitura Municipal e pelo DEPRC⁴⁹ alegando falta de cuidado na instalação das casas em seu novo terreno, falta de condições de habitabilidade e até o inconveniente da localização muito distante do porto, onde a atividade de trabalho é exercida pelo morador.

Cabe destacar, de acordo com o autor, que essa matéria não é a primeira manifestação pública sobre as remoções no bairro, como informado pela matéria. Além disso, o mesmo veículo de imprensa havia contribuído anos antes para a estigmatização do bairro como um lugar violento, de prostituição e drogadição, enquanto na verdade, tratava-se de um bairro operário. Estima-se que um total de 4 mil pessoas foram expulsas de seus territórios apenas nesse curto período de dois anos. As famílias que tiveram suas casas removidas de um local próximo ao centro da cidade, foram realocadas para regiões distantes, longe do seu local de trabalho, áreas de socialização e a época sem estrutura alguma, sob a premissa de receberem terrenos escriturados.

⁴⁷ OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Quem é do mar não enjoa: Memória e Experiências de Estivadores do Rio Grande/RS (1945-1993)**. Tese de Doutorado. PUC/São Paulo, 2000. 257 f.

⁴⁸ CIPRIANO, Diego; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. "O bairro Getúlio Vargas e a grande faxina dos anos 70: Remoção de moradias e consequências socioambientais na expansão portuária (Rio Grande/RS)". **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço** - ISSN 2317-8361 v. 2, n. 2 (2013).

⁴⁹ Sigla do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais.



Portanto, percebe-se que o modelo urbano industrial expansionista, em voga no período ditatorial, cumpriu um papel preponderante no acirramento das problemáticas socioambientais de Rio Grande. Através da documentação citada, analisa-se que o poder público e os setores privados avalizaram e naturalizaram não somente a contaminação e toda poluição oriunda deste modelo de uso e ocupação predatória do meio-ambiente, mas também validaram a precarização e expulsão das comunidades periféricas da cidade. Questão que, infelizmente, não é uma novidade ao longo da história, pois um olhar a partir do racismo ambiental nos mostra que são essas comunidades, de maioria negra, que são despejadas e afetadas na gentrificação para que em seus territórios sejam implementadas as grandes obras públicas e privadas.

Considerações finais

No momento que este texto está sendo escrito, o número de mortos pelos eventos climáticos no Rio Grande do Sul já passa de 40. Além das vidas ceifadas, são mais de 60 mil atingidos diretamente pelas chuvas. Infelizmente, a triste realidade que vivenciamos em nosso estado não é exceção, mas uma grave realidade que seguirá evoluindo, segundo a comunidade científica, para cenários mais complexos e devastadores. De forma concreta, tal situação é resultado de um sistema econômico que age de maneira predatória e destrutiva em relação à natureza, que é vista apenas como matéria-prima para exploração e acumulação de capital.

É neste contexto que o artigo está localizado, onde é urgente que indústrias e setores produtivos passem a ser identificados como causadores de danos ambientais, que tem como principais atingidos a população negra, periférica e que vive em regiões mais precárias. Por isso a relevância atual em trazer reflexões sobre aspectos econômicos e os impactos socioambientais durante o período do “milagre econômico” em Rio Grande.

Esta política foi facilitada pela inclusão da cidade na chamada Zona de Segurança Nacional, o que facilitou o controle por parte da ditadura militar sobre a cidade, através da nomeação de nomes ligados aos setores dominantes locais aos cargos administrativos. Assim, devido a sua posição geográfica e, também, pela relação que militares do alto escalão possuíam tanto com a cidade como com



o capital privado e com a “máquina pública”, foi viabilizado recursos financeiros estratosféricos para a instalação da infraestrutura industrial, canalizado em proveito de umas das principais potencialidade da região: o Porto marítimo.

Em contrapartida, tais projetos, além de servir de argumento para o recrudescimento das práticas repressivas na cidade, impôs sérios impactos socioambientais sobre toda população de Rio Grande, tornando a poluição perceptível para todos. Todavia, através dos registros históricos da época, percebe-se claramente que o modelo econômico predatório atingiu de forma mais incisiva os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora, principalmente aqueles localizados nas regiões periféricas da cidade. O argumento utilizado amplamente pelos governantes locais e pelo empresariado para justificar tamanho “sacrifício ambiental” foi o discurso do “desenvolvimento” e do “progresso”, enaltecendo o investimento na ordem dos milhões para as áreas industriais e portuárias, potencializado no período do chamado “milagre econômico”.

Portanto, Rio Grande, que historicamente é conhecida por diversos ciclos econômicos e instalação de diversos parques fabris, recebe como herança do modelo desenvolvimentista do período ditatorial a intensificação das contradições e dos conflitos sociais e ecológicos. Já que é exatamente neste período em que há, nacionalmente e localmente, a intensificação da desigualdade social, a concentração de renda na mão de poucos, a exploração proletária e uma condição crítica ecológica.

Data de submissão: 09/10/2023

Data de aceite: 25/12/2023

Referências

ALVES, Francisco das Neves. **Governo do Prefeito Farydo Salomão**. Rio Grande: Revista Biblos, n. 3, 1990.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Rio de Janeiro: Eduff, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva; GANDRA, Edgar Ávila. “Canopus nos mares do sul. O “navio branco” em águas riograndinas. Repressão na cidade de



Rio Grande-RS no contexto do golpe civil-militar de 1964”. **Revista História e Culturais**. v.5 n.10, 2017.

CIPRIANO, Diego; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. “O bairro Getúlio Vargas e a grande faxina dos anos 70: Remoção de moradias e consequências socioambientais na expansão portuária (Rio Grande/RS)”. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço** - ISSN 2317-8361 v. 2, n. 2, 2013.

COSTA, Leandro Braz da. “A Cidade do Rio Grande ao longo da década de 1970: desenvolvimento econômico, vigilância e repressão em área de segurança nacional”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul., 2011.

DUARTE, Regina Horta. “‘Turn to Pollute’: “Poluição Atmosférica e Modelo de Desenvolvimento No ‘milagre’ Brasileiro (1967-1973)””. **Revista Tempo**, v.21, n.37, 2015.

ESTEVAM, Bread. **História, crítica e a educação ambiental sob o prisma das crônicas ecológicas da associação gaúcha de proteção ao ambiente natural do extremo sul do Brasil (1978-81)**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) na Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (Orgs). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e Historiográficas”. In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

FRIDERICHES, Lidiane Elizabete. **Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a Ditadura Civil-Militar (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) na Universidade Federal de Pelotas, 2013.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 – 1990)**. Rio Grande: Editora da Furg, 2006.

MELO, Demian. “O golpe de 1964 como uma ação de classe”. **Revista – Verdade, Memória, Justiça**, jan., 2013.

MORAES, Rafael. “O Governo Castello Branco e a Federação Das Indústrias Do Estado de São Paulo: As Bases Do ‘Milagre’ (1964-1967)”. **Am. Lat. Hist. Econ.**, año 23, núm. 2, mayo-agosto, 2016.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Quem é do mar não enjoa: Memória e Experiências de Estivadores do Rio Grande/RS (1945-1993)**. Tese de Doutorado. PUC/São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. “Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)”. In: **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SANTOS, Caio Floriano; MACHADO, Carlos RS. “Extremo Sul do Brasil - uma grande “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição””. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (Orgs). **Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013a. p. 181-204.



VIEIRA, Euripedes Falcão; RANGEL, Regina Salum. **Rio Grande: geografia física, humana e econômica.** Porto Alegre: Sagra, 1983.

